



C A P Í T U L O 13

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS PARA ATENDER ESTUDANTES COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS

Bruna Dourado Martins

Graduada em Bacharelado em Educação Física pela Universidade do Vale do Acaraú- UVA; Especialista em Biomecânica Musculação e Reabilitação Musculoesquelética pela Faculdade de Governança, Engenharia e Educação de São Paulo - FGE-SP. Graduanda em Bacharelado em Nutrição pela Faculdade Anhanguera <http://lattes.cnpq.br/0632994733759836> Faculdade Anhanguera, Sobral – CE, Brasil

Evaneide Dourado Martins

Especialista em Docência no Ensino Superior; Gestão Escolar, Planejamento e Avaliação; Educação a Distância pelo Centro Universitário INTA - UNINTA e Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA <http://lattes.cnpq.br/8234808360328601> Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Antônio Nilson Gomes

Especialista em História do Brasil pelo Centro Universitário INTA – UNINTA e Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduando em Direito pela Faculdade 5 de Julho – F5 <http://lattes.cnpq.br/1621185962587319> Centro Universitário Inta – UNINTA - Sobral – CE, Brasil

Maria Redilene Siqueira Fonteles

Mestranda em Filosofia, Ontologia, Conhecimento e Linguagem; Especialista em Língua Portuguesa e Literatura; Graduada em Recursos Humanos pela Universidade do Vale do Acaraú- UVA. Graduanda em Letras Portugueses pelo Centro Universitário UNINTA <http://lattes.cnpq.br/1074380894899105> Centro Universitário Inta – UNINTA - Sobral – CE, Brasil

Adriana Pinto Martins

Mestra em Gestão e Saúde Coletiva pela UNICAMP; Especialista Gestão e Saúde Coletiva; Especialização em Metodologia do Ensino Superior; Especialização em Gestão Escolar, Supervisão e Coordenação Pedagógica; Especialização em Biologia; Especialização em Português e Literatura; Especialização em Tutoria em Educação a Distância; Especialização em Didática do Ensino Superior. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2003). Graduada em Biologia e Química pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú- UVA <http://lattes.cnpq.br/4630466189818295> Centro Universitário Inta – UNINTA - Sobral – CE, Brasil

RESUMO: Este estudo aborda a educação nutricional inclusiva voltada a estudantes com necessidades alimentares especiais (NAE) no ambiente escolar. Parte-se do pressuposto de que a alimentação adequada é um direito social garantido por legislações e diretrizes nacionais, e que a escola desempenha papel central na sua efetivação. Com base em revisão bibliográfica recente, são discutidas proposições interdisciplinares que integram saúde, educação e políticas públicas. O estudo ressalta a importância de práticas pedagógicas que promovam uma compreensão crítica da alimentação, incorporando a diversidade alimentar como valor educativo. Os resultados indicam que a inclusão alimentar exige planejamento técnico, sensibilidade social e compromisso institucional. Conclui-se que a escola é um espaço estratégico para promover hábitos saudáveis, cidadania e equidade, contribuindo para a construção de um ambiente educacional democrático, inclusivo e respeitoso da diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação nutricional; Inclusão escolar; Necessidades alimentares especiais; Políticas públicas.

NUTRITIONAL EDUCATION AND INCLUSION: STRATEGIES TO SUPPORT STUDENTS WITH SPECIAL DIETARY NEEDS

ABSTRACT: This study addresses inclusive nutritional education aimed at students with special dietary needs (SDN) within the school environment. It is based on the premise that adequate nutrition is a social right guaranteed by national legislation and guidelines, and that the school plays a central role in its realization. Drawing on a recent literature review, the study discusses interdisciplinary propositions that integrate health, education, and public policy. It highlights the importance of pedagogical practices that foster a critical understanding of nutrition, incorporating dietary diversity as an educational value. The findings indicate that food inclusion requires technical planning, social sensitivity, and institutional commitment. It is concluded that the school is a strategic space for promoting healthy habits, citizenship, and equity, contributing to the construction of a democratic, inclusive, and diversity-respecting educational environment.

KEYWORDS: Nutritional education; School inclusion; Special dietary needs; Public policies.

1. INTRODUÇÃO

A alimentação escolar constitui um direito assegurado por legislações e políticas públicas que garantem não apenas a segurança alimentar, mas também a promoção da saúde e o exercício da cidadania. Quando se trata de estudantes com necessidades alimentares especiais, esse direito adquire contornos ainda mais sensíveis, exigindo práticas pedagógicas inclusivas e intersetoriais que integrem, de forma efetiva, os campos da educação e da saúde. Nesse contexto, a educação nutricional emerge como ferramenta estratégica para a formação de hábitos saudáveis e para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da educação nutricional como prática inclusiva no ambiente escolar, com ênfase no atendimento a estudantes que apresentam condições clínicas específicas que impactam diretamente sua alimentação. Consideram-se, entre outras, alergias e intolerâncias alimentares, diabetes, hipertensão arterial, doença celíaca e dislipidemias, situações que demandam cardápios adaptados, formação de equipes escolares e articulação com profissionais da saúde.

A escolha pela temática justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre a inclusão alimentar no espaço educacional, reconhecendo que a alimentação é parte indissociável do processo de aprendizagem e desenvolvimento. Além disso, observa-se uma lacuna prática e formativa quanto à atuação das escolas diante das exigências legais e pedagógicas relacionadas à nutrição de alunos com restrições dietéticas. Ao propor reflexões e estratégias voltadas para essa realidade, o estudo contribui para o fortalecimento de ações que promovam a equidade, o respeito à diversidade e a valorização da saúde no ambiente escolar.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em revisão bibliográfica sustentada por legislações educacionais e sanitárias, além de artigos científicos publicados nas áreas de Educação, Saúde Pública e Nutrição Escolar. A análise foi organizada em torno de três eixos principais: fundamentos da educação nutricional inclusiva; políticas públicas e normativas aplicáveis; e práticas escolares que favoreçam a inclusão de estudantes com necessidades alimentares especiais.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre o papel da escola na garantia do direito à alimentação adequada e inclusiva. Ao evidenciar os desafios e propor caminhos possíveis para a implementação de práticas nutricionais sensíveis às diferenças, reforça-se a importância de um olhar pedagógico ampliado, comprometido com a equidade, com a saúde integral e com a formação cidadã de todos os estudantes — especialmente daqueles que dependem de cuidados alimentares específicos para sua plena participação no ambiente escolar.

2. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, cujo objetivo é compreender e analisar estratégias de educação nutricional voltadas a estudantes com necessidades alimentares especiais no contexto escolar.

A metodologia adotada baseou-se em uma revisão bibliográfica sistematizada, realizada a partir da seleção criteriosa de documentos legais, diretrizes nacionais, artigos científicos e produções acadêmicas relacionadas à inclusão alimentar, educação nutricional, políticas públicas e alimentação escolar. As fontes consultadas incluíram artigos científicos armazenados em plataformas como SciELO e Google Acadêmico, além de documentos oficiais disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde.

Foram priorizadas publicações dos últimos dez anos, com foco em textos que abordam diretamente a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no ambiente escolar, especialmente para estudantes com condições clínicas que exigem adaptações alimentares. Adicionalmente, foram considerados autores da educação e da saúde pública que fundamentam o debate sobre o direito à alimentação e a inclusão educacional. Tais como Vale; Oliveira (2016), Fernandes *et al.* (2014), Cassemiro *et al.* (2019), Giugliani *et al.* (2020), Bicalho *et al.* (2022), Santos; Burlandy (2015), Freire (1996), Kenski (2012) entre outras obras.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, por meio da leitura crítica e sistematização dos conteúdos, buscando identificar convergências teóricas, lacunas na prática escolar e propostas que possam contribuir para a efetivação de políticas educacionais mais sensíveis à diversidade alimentar. Esse percurso metodológico possibilitou a construção de uma base sólida de referência, capaz de subsidiar a discussão teórica e orientar encaminhamentos práticos coerentes com os princípios da inclusão e da equidade.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação nutricional fundamenta-se em uma abordagem intersetorial que articula os campos da educação e da saúde, promovendo não apenas a transmissão de informações, mas a formação crítica de sujeitos conscientes de sua alimentação. Durante a infância e adolescência, período em que ocorre a consolidação da identidade alimentar, a escola torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, por sua capacidade de integrar saberes, práticas e vivências cotidianas (Vale; Oliveira, 2016).

Nesse contexto, a alimentação escolar inclusiva configura-se como um importante avanço nas políticas públicas, ao assegurar o direito à alimentação adequada aos estudantes com necessidades alimentares especiais (NAE). Trata-se de condições clínicas específicas que demandam restrições ou modificações alimentares individualizadas, tais como intolerâncias e alergias alimentares, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, doença celíaca, dislipidemias e distúrbios metabólicos hereditários, conforme previsto pela legislação vigente (FNDE, 2017).

A inserção da educação nutricional como prática pedagógica implica ultrapassar a dimensão meramente informativa e assumir uma perspectiva crítica e transformadora. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Alimentar e Nutricional na Educação Básica (BRASIL, 2020), compete às instituições de ensino garantir uma alimentação que respeite a diversidade biológica, cultural e social dos estudantes, assegurando condições adequadas para a aprendizagem. A abordagem interdisciplinar, integrando a união de diferentes disciplinas como: Ciências, Biologia, Língua Portuguesa e Educação Física, favorece o tratamento contextualizado e transversal da temática alimentar, estimulando o protagonismo estudantil no processo formativo (Santos *et al.*, 2014).

Embora a Lei nº 5.692/71 já previsse a inclusão da educação em saúde no currículo escolar, esse reconhecimento tardou a se traduzir em práticas pedagógicas efetivas voltadas à alimentação. Com a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o fortalecimento de sua perspectiva educativa, a alimentação escolar passou a ser compreendida como instrumento de cidadania, com ênfase na promoção da saúde e da equidade (Fernandes *et al.*, 2014).

A definição de estudantes com NAE, segundo o FNDE (2017), abrange aqueles que necessitam de dietas modificadas por razões médicas ou fisiológicas, mediante apresentação de laudos e acompanhamento profissional. Nesses casos, a inclusão alimentar demanda não apenas o fornecimento do alimento, mas a elaboração de cardápios individualizados, respeitando as limitações orgânicas e garantindo segurança nutricional. Tal processo requer atuação técnica de nutricionistas, em articulação com as famílias, professores e equipes escolares.

A efetivação dessas práticas depende da incorporação da educação nutricional aos projetos político-pedagógicos de forma transversal, intersetorial e permanente. Cabe à escola agir como mediadora entre as políticas públicas e as necessidades individuais dos estudantes, promovendo o diálogo entre a comunidade escolar e os profissionais da saúde (Casseiro *et al.*, 2019). Giugliani *et al.* (2020) destacam que a inclusão alimentar está diretamente ligada aos direitos à saúde e à educação, sendo resultado da mobilização social que ampliou o conceito de saúde na Constituição de 1988, assegurando-o como direito de todos e dever do Estado.

Essa visão amplia-se com o reconhecimento da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que preconiza práticas escolares acessíveis, e da Lei nº 12.982/2014, que torna obrigatória a elaboração de cardápios escolares adaptados. Ambas reforçam as diretrizes da Lei nº 11.947/2009, responsável por estruturar o PNAE sob o princípio da universalidade, com atenção à diversidade nutricional. O planejamento alimentar, nesses moldes, deve considerar idade, estado nutricional, hábitos culturais e disponibilidade de alimentos, priorizando a substituição de ingredientes restritivos por alternativas seguras e equilibradas.

O atendimento às NAE envolve um fluxo que inicia com a solicitação da família, mediante laudo médico, seguida da avaliação técnica por nutricionistas e da formulação de um cardápio compatível com a condição apresentada. A implementação exige ainda infraestrutura adequada para o preparo das refeições, controle rigoroso de contaminação cruzada e capacitação contínua das equipes de cozinha. Segundo a Cartilha de Boas Práticas para a Alimentação Escolar (BRASIL, 2021), é dever da escola garantir ambientes seguros e acolhedores, tanto na manipulação quanto no consumo dos alimentos.

Destaca-se, nesse cenário, o papel das merendeiras, cuja atuação ultrapassa o preparo técnico das refeições. Apesar da sobrecarga de funções, estudos demonstram que muitas se reconhecem como educadoras, estabelecendo vínculos afetivos com os alunos e exercendo influência direta sobre os hábitos alimentares infantis (Fernandes *et al.*, 2014). Esse aspecto relacional contribui para a humanização do processo alimentar e deve ser valorizado como parte da cultura escolar inclusiva.

Outro ponto fundamental é o monitoramento sistemático das ações, com registros individualizados, avaliação da aceitação dos cardápios e atualização contínua das restrições alimentares. Indicadores como adesão às refeições, número de atendimentos nutricionais e ocorrência de intercorrências alimentares são essenciais para uma gestão eficiente (Bicalho *et al.*, 2022). A ausência de mecanismos de avaliação compromete a continuidade e a eficácia das estratégias inclusivas.

Do ponto de vista clínico, é essencial distinguir entre intolerâncias alimentares — como a intolerância à lactose, provocada pela deficiência da enzima lactase — e alergias alimentares, que envolvem resposta imunológica, como no caso da APLV (alergia à proteína do leite de vaca), prevalente em crianças pequenas. A doença celíaca, por sua vez, representa uma condição autoimune relacionada ao glúten, enquanto a diabetes mellitus, as dislipidemias e a hipertensão arterial sistêmica integram o conjunto das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), exigindo controle dietético rigoroso, aliado a práticas saudáveis como o exercício físico (FNDE, 2017).

Nesse sentido, a atuação do nutricionista escolar deve abranger não apenas a elaboração do cardápio, mas sua constante avaliação e adequação, de forma articulada ao currículo, aos hábitos locais e à realidade cultural dos estudantes (Galvão, 2023). Inspirando-se nos princípios da educação libertadora de Freire (1996), a escola deve reconhecer as singularidades alimentares como expressão da identidade dos sujeitos, acolhendo-as como parte do processo pedagógico.

A educação nutricional inclusiva, portanto, não se limita à orientação técnica, mas promove um ambiente de aprendizagem que valoriza a diversidade, a cidadania e a saúde integral. Estudos como os de Santos e Burlandy (2015) apontam que, quando inserida no currículo escolar, a alimentação torna-se eixo transversal de educação para a convivência, a empatia e o respeito às diferenças. A transversalidade, como propõe Kenski (2012), potencializa o engajamento dos estudantes e naturaliza o debate sobre a inclusão alimentar no cotidiano pedagógico.

Assim, a atenção aos estudantes com NAE ultrapassa a substituição de ingredientes. Trata-se de uma estratégia integrada que requer planejamento técnico, sensibilidade social e responsabilidade compartilhada. A inclusão alimentar nas escolas expressa a concretização do direito à educação e à saúde, operando como instrumento de justiça social por meio de políticas públicas eficazes, sensíveis à pluralidade humana e comprometidas com a equidade (FNDE, 2017).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados evidenciou que a efetivação da educação nutricional inclusiva ainda enfrenta obstáculos estruturais e pedagógicos no ambiente escolar. Em primeiro lugar, os dados apontam para a fragilidade na articulação entre as equipes pedagógicas e os profissionais de saúde, o que compromete o atendimento integrado aos estudantes com necessidades alimentares especiais (NAE). Embora existam normativas robustas, como o Caderno de Referência do FNDE (2017) e a Lei nº 12.982/2014, sua implementação prática esbarra na ausência de capacitação técnica das equipes escolares, na escassez de nutricionistas disponíveis e na dificuldade de adaptação dos cardápios às condições clínicas específicas dos alunos.

Além disso, identificou-se a baixa incorporação da temática alimentar nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), o que reduz a transversalidade da educação nutricional. Como apontam Cassemiro et al. (2019), a falta de integração entre os setores da educação e da saúde gera uma lacuna na operacionalização das diretrizes nacionais, resultando em ações pontuais e desconectadas do cotidiano escolar. Essa lacuna impacta diretamente na equidade do atendimento, evidenciando que a oferta de alimentação adaptada depende, muitas vezes, da iniciativa isolada de gestores ou professores comprometidos com a causa.

Também se destacou o papel das merendeiras e demais agentes da alimentação escolar, frequentemente subvalorizados nos processos formativos. Estudos como os de Fernandes et al. (2014) demonstram que, apesar das limitações estruturais, esses profissionais desempenham funções educativas e afetivas fundamentais, sendo peças-chave para a inclusão alimentar. Entretanto, a sobrecarga de tarefas, a ausência de treinamentos contínuos e a invisibilidade institucional comprometem a qualidade do serviço prestado.

Do ponto de vista pedagógico, constatou-se que experiências bem-sucedidas de inclusão alimentar estão associadas a práticas que integram o tema da alimentação ao currículo escolar de forma interdisciplinar e contextualizada. Autores como Santos e Burlandy (2015) e Kenski (2012) reforçam que a abordagem transversal da alimentação favorece o protagonismo dos estudantes e contribui para a construção de valores como empatia, respeito e convivência. Nessa perspectiva, a educação nutricional deixa de ser um conteúdo isolado para se tornar eixo estruturante da formação cidadã.

Por fim, a análise também evidenciou a carência de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações voltadas aos estudantes com NAE. A inexistência de indicadores sistemáticos impede a mensuração dos impactos das políticas implementadas e dificulta o aprimoramento contínuo das estratégias. Conforme Bicalho et al. (2022), é urgente desenvolver sistemas de gestão que contemplem dados como aceitação dos cardápios, número de atendimentos nutricionais, ocorrências de intercorrências alimentares e *feedbacks* das famílias.

Esses resultados apontam para a necessidade de uma mudança cultural no interior das instituições escolares, que vá além da mera adequação dos cardápios e promova uma compreensão ampliada da alimentação como direito humano, prática educativa e instrumento de justiça social. A inclusão alimentar, portanto, exige planejamento técnico, sensibilidade pedagógica e compromisso político das escolas com a diversidade e a equidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura evidenciou que a educação nutricional inclusiva constitui uma estratégia pedagógica fundamental para garantir o direito à alimentação adequada no ambiente escolar, especialmente para estudantes com necessidades alimentares especiais (NAE). Mais do que uma obrigação legal, trata-se de um compromisso ético e institucional com a equidade, a saúde integral e a valorização da diversidade no processo educativo.

Ficou claro que, embora o Brasil disponha de um arcabouço legal robusto — como as diretrizes do PNAE, a Lei nº 12.982/2014 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) —, ainda persistem desafios significativos à sua efetivação. Faltam

capacitação técnica, estrutura física adequada, materiais pedagógicos acessíveis e articulação intersetorial eficiente entre os setores da educação e da saúde. Ademais, a ausência de monitoramento sistemático das ações dificulta a avaliação de impactos e o aprimoramento contínuo das práticas implementadas.

Para que a educação nutricional seja, de fato, inclusiva, é necessário compreender que ela não se restringe à elaboração de cardápios específicos, mas exige uma mudança na cultura escolar. Isso implica integrar conteúdos alimentares ao currículo, promover a escuta ativa das famílias, valorizar os saberes das merendeiras e estimular o protagonismo dos estudantes. Essa abordagem deve ser orientada por princípios de justiça social, participação democrática e corresponsabilidade institucional.

A escola, nesse cenário, consolida-se como espaço privilegiado para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a construção da cidadania e o fortalecimento das políticas públicas de saúde e educação. Ao reconhecer e atender às necessidades alimentares dos estudantes, amplia sua função social, acolhe a diversidade e contribui para a formação de sujeitos autônomos, críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Portanto, é urgente que gestores educacionais, profissionais da saúde, docentes e famílias atuem de forma colaborativa e contínua, a fim de transformar a alimentação escolar em um campo efetivo de inclusão, aprendizagem e desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Daniela; LIMA, Tácio de Mendonça; SANTOS, Thanise Sabrina Souza; SLATER, Betzabeth. Desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva** Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 335–349, jan. 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022271.35782020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vTr55bgSxxH3HKb9s9CX3ng/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha de boas práticas para a alimentação escolar**. Brasília: FNDE, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação alimentar e nutricional na educação básica**. Brasília: MEC, 2020.

CASSEMIRO, J. P. et al. Desafios e as interfaces da educação alimentar e nutricional como processo de participação popular. **Nutrição Brasil**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 248-255, jul./ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/N9xPVvmmpRctJDwG5VNZ-Rqv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FERNANDES, Ana Gabriela de Souza; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da; SILVA, Adilson Aderito da. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-48, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nrDd5YjpkBJTGK-dcdfnzNmG/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Caderno de referência**: alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais. Brasília: FNDE, 2017. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/2017/Manuais/Caderno%20de%20Referencia%20%20Alimentao%20Escolar%20para%20Estudantes%20com%20necessidades%20alimentares%20especiais.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

GALVÃO, Valéria Peixoto Câmara Abbott. **Alimentação escolar para alunos com necessidades alimentares especiais**: uma revisão de literatura. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/f5b2351f-60dc-4e43-8650-bb6a5f7ec64e>. Acesso em: 10 maio 2025.

GIUGLIANI, Elsa Regina Justo et al. A escola como espaço de participação social e promoção da cidadania: a experiência de construção da participação em um ambiente escolar. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 1, p. 64-78, jan. 2020. DOI: 10.1590/0103-11042020S105. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CsNW46x3dHLFDSgLDfH-4FLB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2012.

SANTOS, L. M. P.; BURLANDY, L. A alimentação escolar como espaço de educação e cidadania. **Revista de Saúde Pública** São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nrDd5YjpkBJTGKdcfdnzNmG/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, M. J. D. et al. Horta escolar agroecológica: incentivadora da aprendizagem e de mudanças de hábitos alimentares no ensino fundamental. **Holos** v. 4, p. 278-290, 2014. Disponível em: <https://desenvolvimento.funarte.gov.br/7/tainacan/periodicos/hortaescolara-groecologica-incentivadora-da-aprendizagem-e-de-mudancas-de-habitos-alimentares-no-ensinofundamental-2/> Acesso em: 20 jun. 2025.

VALE, Lucimar Ramos do; OLIVEIRA, Maia de Fátima Alves. Atividades lúdicas sobre educação nutricional como incentivo à alimentação saudável. **Revista Práxis** v. 8, n. 1 (Sup.), dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/814>. Acesso em: 20 jun. 2025.